

Agroecologia em Caxias do Sul: razões, ações e (des)ilusões[#]

Jefferson Marçal Rocha^{*}

Title: Agroecology in Caxias do Sul: reasons, action and (dis)illusionments

RESUMO

Este artigo faz uma análise das estratégias de desenvolvimento das atividades agroecológicas no município de Caxias do Sul no período de 1996 a 2005. Considerou-se o Projeto de Agricultura Sustentável (PASUS) implantado na metade da década de 1990 pela Secretaria Municipal de Agricultura de Caxias do Sul (SEMAG). Através da análise de documentos e entrevistas com agentes ligados ao setor, a questão é entender como se configurou este projeto, tanto sob o aspecto econômico como sua repercussão socioambiental entre os agricultores. Entende-se que a sustentabilidade proposta para a agricultura só poderá ser efetivada com práticas produtivas oriundas do sistema agroecológico; ao mesmo tempo, compreende-se que ainda há muitas dificuldades em concretizar uma sustentabilidade efetiva da agroecologia nos aspectos idealizados no Relatório Brundland (Brundtland, 1991): social, econômico e ambiental. Levando estes preceitos em consideração, propõe-se uma discussão sobre os benefícios e os entraves que a atividade teve nos últimos anos no município.

Palavras-chave: Agroecologia, Caxias do Sul, projeto PASUS.

ABSTRACT

This article analyzes the strategies of the development of agro-ecological activities in the municipality of Caxias do Sul in the period from 1996 to 2005. It considers the Project of Sustainable Agriculture (PASUS) implanted in the mid 1990s by the Department of Agriculture of Caxias do Sul (SEMAG). Through the analysis of documents and interviews with persons linked to the sector, the author tries to understand how this project was configured, both from the economic point of view and its social-environmental repercussion among the farmers. The sustainability proposed for agriculture can only be executed with production practices originating from the agro-ecological system; at the same time there are still many difficulties in implementing an effective sustainability of agro-ecology in the terms of the Brundland Report (Brundtland, 1991), viz. in social, economic and environmental terms. Taking these precepts into account, the article discusses the benefits and impediments that the activity experienced in the recent years in the municipality.

Recebido em 23.10.2007. Aceito em 03.12.2007.

[#] Este projeto teve apoio da Universidade de Caxias do Sul, bolsa PIBIC e da FAPERGS, auxílio recém-doutor.

^{*} Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa/UFSM. Av. Antonio Trilha, 1847. São Gabriel, RS.

E-mail: jefferson.rocha@pq.cnpq.br.

Keywords: Agro-ecology, Caxias do Sul, PASUS Project.

JEL Classification: O13, Q20, R10

1 Introdução

Este trabalho é um dos resultados da pesquisa sobre as estratégias e políticas de incentivo à agroecologia no município de Caxias do Sul. Município localizado na região serrana do Rio Grande do Sul, considerada uma das mais desenvolvidas do Estado, sua economia está baseada na indústria metal-mecânica, porém com uma atividade agrícola, especialmente na agricultura familiar, ainda bastante significativa.

A análise foi elaborada sob a perspectiva econômico-social e ambiental, realizada entre os agricultores ecológicos e agentes ligados à agricultura familiar do município entre agosto de 2004 e julho de 2005. Numa perspectiva empírica e pragmática, o objetivo é compreender a trajetória da atividade da agricultura ecológica, doravante chamada aqui de agroecologia¹, no município.

A hipótese deste estudo é de que a racionalidade da agricultura convencional não cumpre, nos seus aspectos econômico, social e ambiental, o critério da sustentabilidade proposto no Relatório Brundland (Brundtland, 1991). Tal relatório sugere que o Desenvolvimento Sustentável (DS) é aquele capaz de propor ações que satisfaçam as necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades de reprodução econômica e social das gerações futuras. Numa perspectiva teórica, é nesta discussão que os resultados desta pesquisa esperam contribuir, pois se conhece a variedade de teorias e ideologias que perpassam esta, para muitos, utópica definição.

Mais especificamente se busca discutir: quais os rumos da agricultura agroecológica da região serrana gaúcha diante deste inacabado e controverso processo de globalização econômica, que se acelerou profundamente nas últimas décadas, afetando de forma concreta todos os níveis da vida em sociedade e, muito em especial, a agricultura familiar? Quais os efeitos econômicos, sociais e ambientais dessa nova estratégia de produção (agroecologia), adotada por alguns

agricultores familiares da região nos últimos anos, período em que em nível de gestão socioambiental planetária a perspectiva de sustentabilidade passou a ser incorporada nas estratégias de desenvolvimento regional, numa repercussão legítima pós-realização da Eco 92², e época também em que, em nível local, a Secretaria Municipal da Agricultura Caxias do Sul (SEMAG) implantou o Projeto de Agricultura Sustentável (PASUS). Em síntese, procura-se analisar quais as repercussões sociais, econômicas e ambientais que as estratégias de desenvolvimento das atividades agroecológicas tiveram, efetivamente, no espaço rural de Caxias do Sul.

Considera-se ainda que, sob o ponto de vista da promoção do desenvolvimento regional, compreender os critérios adotados nas políticas governamentais, nesse caso municipais, passou a ser nos últimos anos condição indispensável para se analisar a trajetória de desenvolvimento de cada região. Para tanto, o texto está organizado, além dessa introdução, como segue: a seção 2 aborda os paradigmas do desenvolvimento agrícola sustentável; no item 3, caracteriza-se e analisa-se a agricultura em Caxias do Sul de um modo geral. A avaliação da política para a produção agroecológica no município é tratada na seção 4; já na 5, discute-se a situação socioeconômica dos produtores agroecológicos que participaram do projeto PASUS. Por fim, o item 6 apresenta as considerações finais e as conclusões.

2 Paradigmas do desenvolvimento agrícola sustentável

A modernização na agricultura teve como conseqüência social um dos mais graves desajustes já vistos na história da humanidade (Jean, 1997). A modernidade agrícola proposta pela revolução verde causou ambigüidades antagônicas, principalmente em países periféricos, como o Brasil, pois, ao mesmo tempo em que proporcionou melhores condições tecnológicas para produção e, conseqüentemente, um aumento de produtividade, fez com que ocorresse um processo de exclusão humana avassalador – o êxodo rural (Almeida, 1997; Rocha e Brandenburg, 2003).

Esta trajetória de desenvolvimento da agricultura fez com que nesse início de século somente permanecessem nas zonas rurais agricultores idosos e os mais jovens (geralmente com

menos de 15 anos); os primeiros por não terem mais perspectivas e os segundos, na maioria das vezes, por ainda não encontrarem condições para se transferirem aos centros urbanos (Rocha e Brandenburg, 2003).

A essas críticas acrescentam-se ainda aquelas que concernem à subordinação do pequeno agricultor familiar, tanto às indústrias fornecedoras de insumos e implementos, como às agroindústrias. O pequeno agricultor se vê obrigado a fornecer seus produtos a preços estipulados por uma lógica mercantil que depende de fatores econômicos e políticos, quase sempre alheios ao seu interesse. Este ponto se refere aos agricultores familiares integrados às agroindústrias (fumo, aves, suínos, leite, etc.), que, em troca de uma “pseudo” garantia de comercialização de sua produção, se tornam *reféns* do processo de modernização da produção agrícola.

Dado estes fatores não seria exagero afirmar que as estratégias de desenvolvimento convencionais aplicadas na agricultura dos países periféricos foram limitadas no que se refere à promoção de um desenvolvimento equânime e sustentável, pois não conseguiram nem diminuir a fome da população mais pobre, nem acabar com as condições precárias dos pequenos agricultores familiares (Ruttan, 1993; Marzall, 1999).

No que se refere à sustentabilidade ecológica, não conseguiu atuar sobre a preservação e/ou conservação dos recursos ambientais, especialmente os hídricos. O pacote tecnológico da denominada Revolução Verde, pregada como a única saída para agricultura dos países subdesenvolvidos, foi, na maioria das vezes, inadequado às condições ecológicas e socioeconômicas específicas existentes em cada lugar. A utilização de insumos químicos na agricultura nos últimos 40 anos fez com que a maioria dos recursos hídricos dos países subdesenvolvidos estejam, no início do século XXI, comprometidos. Em muitos casos, os impactos químicos nos lençóis freáticos se tornaram irreversíveis³.

Apesar disso, uma das discussões mais polêmicas entre os pesquisadores do tema é sobre a sustentabilidade da agricultura, tanto teórica como conceitualmente. Ainda não há consenso se o uso de agroquímicos e/ou sementes modificadas geneticamente, por exemplo, seja prejudicial aos recursos ambientais. Pelo contrário, há correntes de estudiosos que acreditam que a produção

agrícola sustentável é aquela com o uso ainda maior de insumos. Aqui não há dúvida; a convicção é que o padrão agrícola predominante, imposto pela denominada Revolução Verde – produtivista, homogenizador, com alto consumo energético e de recursos naturais – é insustentável sob o ponto de vista ambiental, social e econômico.

Neste contexto nos últimos anos, têm-se percebido reações e proposições de novas estratégias de produção agrícola. A busca é por procedimentos, se não totalmente sustentáveis nas três dimensões – ambiental, econômica e social –, menos impactantes aos recursos naturais. Neste sentido as estratégias agroecológicas têm sido uma das mais promissoras. Contudo, apesar do seu caráter inegavelmente sustentável sob o ponto de vista ambiental, especialmente, ainda carece de melhores técnicas, que revertam esta viabilidade também sob o ponto de vista socioeconômico. É sob estes dois aspectos que também se deve pensar uma agricultura efetivamente sustentável.

O objetivo de uma agricultura sustentável teoricamente seria a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo de impactos aos recursos naturais e com retornos financeiro-econômicos adequados. Estes devem permitir a diminuição da pobreza e atender às necessidades sociais dos agricultores (Altieri, 1989). Neste aspecto, deve-se entender a agricultura como sistêmica, pois se articula concomitantemente, aos ecossistemas, a sociedade, a necessidade de manutenção da cultura e a reprodução econômica, além da manutenção dos estoques dos recursos naturais.

Porém, de acordo com Almeida (2003) também aqui há duas vertentes: uma que entende a agricultura sustentável como objetivo-projeto; e outra que quer implantar um conjunto de práticas preservacionistas se comparadas ao modelo agrícola convencional. Cabe apontar que, neste debate, o principal limite parece estar no campo científico, uma vez que tanto as práticas consideradas alternativas como as preservacionistas ainda requerem uma maior legitimidade científica. Almeida (2003), em um outro texto, salienta que, no que se refere à agroecologia, as indefinições científicas aparecem como um propulsor de novos preceitos teóricos:

A grande heterogeneidade que ainda caracteriza a perspectiva agroecológica, particularmente em relação ao seu padrão tecnológico e a suas formas sociais,

tem-se constituído, por um lado, numa barreira ao avanço dessas idéias, por outro lado, esse parece ser, paradoxalmente, o grande diferencial emulador do debate sobre os problemas da agricultura e da questão agrária no Brasil, ressaltando-se, muitas vezes, a sua contribuição para o tema/debate da agricultura familiar e da diversidade de formas de desenvolvimento (Almeida, 2003, p. 502).

Uma das críticas mais usuais contra os “agroecologistas” (defensores de práticas agrícolas agroecológicas) é a inviabilidade econômica da produção ecológica, devido a seus altos custos com o controle de pragas, por exemplo. Estas críticas encontram respaldo, tanto entre pesquisadores como e, principalmente, na opinião pública, devido à total desconsideração que ainda se tem com o *capital natural* de cada lugar (ecossistemas) (Altieri, 2000).

Porém, quando estes desgastes são computados, as práticas agrícolas que preservam os recursos naturais concorrem econômica e financeiramente com as convencionais. Ao apresentar-se um quadro mais nítido da produtividade agrícola, incluindo-se os custos e benefícios dos recursos com as práticas que conservam ou aumentam os recursos naturais, as práticas agroecológicas são economicamente melhores que as práticas dominantes (Altieri, 1989).

Destaca-se que no Brasil, na zona rural vem ocorrendo a emergência de atividades alternativas tanto agrícolas como não-agrícolas, em substituição aos tradicionais usos agrícolas da terra, configurando o que tem sido denominado o “Novo Rural”. Nestas, as práticas agrícolas alternativas contribuem para estas mudanças, acentuando a importância na busca da sustentabilidade das atividades desenvolvidas no meio rural. Dentre as práticas e formas alternativas de manejo, com importante inserção no Novo Rural, destaca-se a Agricultura Ecológica (agroecologia). Essa atividade aparece como importante alternativa de renda para os pequenos produtores, devido à crescente demanda por alimentos mais saudáveis (Almeida e Marzall, 1999).

A área ocupada no país com a horticultura agroecológica, por exemplo, que alcançou aproximadamente 110 mil ha. em 2002, era no início da década de 1990 estimada em não mais de mil ha. Este aumento na área plantada foi consequência nos últimos anos de apoios a projetos desenvolvidos por programas governamentais (estaduais, municipais, federais) (Caporal e Costabeber, 2001).

Aqui se percebe a agroecologia tanto sob um enfoque técnico, científico, econômico e social, destinado a apoiar uma transição de um modelo de desenvolvimento rural tradicional e insustentável para um novo estilo de desenvolvimento rural, onde a agricultura volte a ser baseada nos preceitos construídos historicamente pelas sociedades agrícolas locais (Gliessman, 2000).

Seguindo a teoria proposta por Miguel Altieri (1989, 2000), percebe-se a agroecologia sob um enfoque metodológico apoiada em diversas disciplinas (interdisciplinaridade) que se complementam no enfoque sistêmico da realidade. Neste sentido, a produção agroecológica visa não só à reprodução econômica dos agricultores, mas em especial à reprodução socioambiental das comunidades locais. Percebe-se então a agroecologia sob o conceito de agroecossistema como unidade de análise, tendo como propósito proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição. Constitui um enfoque científico que reúne vários campos do conhecimento, uma vez que o enfoque agroecológico seria a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia no manejo de agrossistemas sustentáveis (Gliessman, 2000).

Considera-se que a sustentabilidade agrícola pode ser definida, de um modo geral, como uma atividade econômica capaz de suprir as necessidades presentes, sem restringir as opções para o uso futuro das áreas ocupadas com a produção. De outra forma, os recursos naturais que serão necessários para o futuro não podem ser esgotados na satisfação de consumo do presente. Será só por meio da compreensão profunda dos ecossistemas rurais, que envolvem os sistemas agrícolas de cada região, que se chegará a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável. Portanto, a agroecologia apresenta-se como uma nova e dinâmica ciência, com a potencialidade de fornecer os princípios ecológicos básicos para o tratamento dos ecossistemas, tanto no que se refere à produtividade agrícola como à preservação dos recursos naturais.

3 A agricultura em Caxias do Sul

A economia caxiense é composta na sua grande maioria pelas atividades ligadas à produção metal-mecânica, que compõe 65% da formação do PIB municipal; os outros 33% vêm

da atividade comercial, e apenas 2% do PIB advém da agricultura. O meio rural apresenta agricultores com extratos de renda bem diferenciados. Existem produtores com agricultura tecnificada e consolidados na produção de gado de corte e cereais com um bom nível econômico, e outros com sérios problemas de reprodução socioeconômica de suas atividades, estes são carentes de incentivos públicos.

O município de Caxias do Sul possui uma área total de 152 mil hectares; destes, mais de 138 mil, 90% do total, formam a zona rural. Nesta zona habitam pouco mais de 10% da população do município. Segundo dados da Secretaria Municipal da Agricultura de Caxias nesta zona vivem cerca de 6 mil famílias, na quase totalidade dependendo economicamente da agricultura.

Contudo, apesar de a atividade agrícola representar pouco na economia municipal, sua produção de hortifrutigranjeiros compõe mais 35% da produção comercializada na CEASA de Porto Alegre, o principal centro de abastecimento de produtos agrícolas do Estado. Dados de 2002 da Secretaria Municipal da Agricultura de Caxias do Sul (SEMAG) indicam que são mais de 6.300 proprietários rurais, sendo que 55,9% destes possuem menos de 15 hectares, caracterizando uma economia agrícola de minifúndio baseada na mão-de-obra familiar. A produção de uva é a cultura agrícola mais cultivada, ocupando mais de 2.800 hectares.

Quadro 1: Aproveitamento da área agrícola no município de Caxias do Sul em 2004.

Áreas cultivadas:	
- Cultivada: 13%	- Inaproveitável: 14%
- Pastagem: 38%	- Mata : 15%
- Lazer: 15%	- Reflorestamento: 8%
Produção anual do Município:	
Cenoura: 24.839 kg	Alho : 2.100 kg
Tomate: 20.729 kg	Pêssego: 7.400 kg
Maça : 59.100 kg	Uva : 51.000 kg
Vinho: 31.101 litros.	
Produção orgânica desse total: MENOS DE 1%.	

Fonte: Prefeitura municipal de Caxias do Sul.

O município é destaque também na produção de hortaliças, como mostra o Quadro 1, especialmente beterraba, cenoura, tomate, alho, abóbora, repolho e pimentão. Nestas culturas são utilizados para irrigação mais de 500 açudes. Muitos deles formados por intervenção técnica (artificiais) com pouco controle sobre a utilização dos recursos hídricos. Da produção total do município, em 2004, menos de 1% representava a produção agroecológica.

4 A agroecologia em Caxias do Sul

A implementação da produção agroecológica no município de Caxias do Sul começou no ano de 1996 por iniciativa da Secretaria Municipal da Agricultura em convênio com o Centro Ecológico de Ipê. O objetivo estabelecido no denominado “Projeto de Agricultura Sustentável” (PASUS), onde constavam cinco projetos propostos pela SEMAG, para serem implantados na gestão municipal de 1996 a 1999, visava a proteger os recursos mananciais hídricos, viabilizar a atividade agrícola das propriedades dos pequenos agricultores familiares. Para isto estimulava a agricultura ecológica, o plantio de ervas aromáticas e de perfumaria e a comercialização desta produção nas feiras ecológicas.

Neste projeto, os objetivos basicamente eram: *qualificação dos agricultores*, através de cursos em convênio do Centro Ecológico de Ipê⁴; *assistência técnica aos agricultores* que se incorporassem ao projeto, com o objetivo de acompanhar e orientar a produção; *a criação da feira ecológica* de Caxias do Sul como um evento semanal, iniciativa que visava impulsionar a comercialização, já que não havia nenhum local específico para a comercialização da produção orgânica, e ainda o *incentivo à produção de ervas aromáticas e de perfumaria*, que, segundo o que consta no projeto, são espécies menos sujeitas a pragas e doenças.

Estas iniciativas visavam a três objetivos interligados e interdependentes:

a) no que se refere aos aspectos econômicos, previa promover a inclusão social e evitar o êxodo rural, possibilitando um incremento na renda aliado a uma proposta inovadora de produção sem agroquímico;

b) no aspecto social, previa-se promover um novo estivo de vida ligado a valores culturais em que o “retorno” à produção saudável, como confessado por um dos agricultores que participa

do projeto desde sua implantação, referindo-se tanto a produto orgânico (comercializado) como à saúde dos agricultores;

c) já no aspecto ambiental, visava a promover a consciência da importância de proteger os mananciais hídricos, viabilizando a atividade agrícola das propriedades rurais, situadas no interior das bacias de captação de água da cidade. De um modo geral, pretendia contribuir na manutenção dos estoques naturais da região.

No início da implantação do projeto, participaram das primeiras reuniões em torno de 64 agricultores; contudo, efetivamente implantaram a produção agroecológica, entre os anos de 1996 e 1998, 33 famílias, todas de agricultores familiares com propriedades em torno de 15 hectares. No primeiro levantamento da SEMAG para o setor, realizado no ano de 2004, constatou-se que, dos 33 agricultores que iniciaram o PASUS, haviam permanecido na atividade 28 produtores. Nesta época, nove destes se dedicavam à olericultura e fruticultura conjuntamente, 11 somente às olericulturas, seis produziam somente frutas, um dedicava-se à produção de ovos, e um à produção de mel.

Segundo informações coletadas na SEMAG, na EMATER e entre os agricultores entrevistados, os cinco produtores que haviam desistido da atividade, entre os anos de 1998 e 2004, fizeram isso por não terem obtido um retorno financeiro efetivo no curto prazo. Muitos salientaram que o retorno do investimento da produção agroecológica demorou em média de dois a três anos, tempo que estes cinco agricultores que desistiram não tiveram como esperar, pois a única fonte de receitas destas famílias era a da agricultura.

Da lista de 28 agricultores agroecológicos que haviam permanecido na atividade até 2004, foram entrevistados, entre abril a outubro de 2005, 15; os outros 13 não foram encontrados ou porque não mais se dedicavam à agricultura (dois), porque outros não mais produziam orgânicos (cinco) e outros ainda porque não foram localizados (seis); estes últimos provavelmente não mais estavam na atividade agrícola convencional nem na agroecológica⁵.

Notou-se nas entrevistas que os motivos para a mudança da agricultura convencional para a agroecológica foram os mais variados, mas o apoio do projeto PASUS da SEMAG parece ter sido o mais importante. Dos 14 entrevistados, nove salientaram a importância do apoio municipal no início da atividade, sete alegaram motivos de saúde e qualidade de vida, pois, segundo um entrevistado: “[...] eu estava sendo envenenado e envenenando”, seis consideravam que a conscientização ambiental havia sido o principal motivo para a mudança, como no relato: “[...] o Rio Tega é um exemplo da destruição, antes se podia tomar banho, lavar roupa e hoje? É uma desgraça”, e sete alegaram outros motivos, como uma perspectiva de um novo nicho de mercado, a possibilidade de viver uma vida mais tranqüila ou ainda a motivação familiar. Como no caso de um agricultor cujo filho havia estudado agronomia e trazido esta nova concepção de produção para a família. Como relatou: “Eu nunca havia pensado nos problemas que os agrotóxicos causam, foi [...] meu filho que me mostrou a quantidade de veneno que nós usava, sem necessidade.”

Nas entrevistas foi constatado também que um dos pontos mais importantes para o início da produção agroecológica em Caxias do Sul foi o apoio técnico-científico fornecido pelo Centro Ecológico de Ipê. Há que salientar que esta entidade é uma dos principais motivadores da produção da agricultura ecológica na região serrana do Rio Grande do Sul.

O Centro Ecológico é uma Organização Não Governamental (ONG) que tem como propósito auxiliar o pequeno agricultor familiar que estiver interessado na implementação de sistemas agrícolas ecológicos. Desde 1985 procura promover a agroecologia, a proteção ambiental e a justiça social na região serrana do Rio Grande do Sul. Tem como inclinação ideológica as estratégias participativas nas políticas e atividades desenvolvidas. Auxilia as famílias de produtores familiares na produção e na comercialização de produtos ecológicos, estimulando a organização de produtores e consumidores e o desenvolvimento de mercados locais para os produtos produzidos sem agroquímicos. Motiva ainda a formulação de políticas públicas que fomentem a agricultura sustentável e a promoção da soberania alimentar. Em Caxias do Sul, o Centro Ecológico de Ipê serviu como a principal base de apoio técnico na produção dos agricultores participantes do PASUS.

Neste item pode-se constatar que as políticas de incentivo à produção agroecológica foram fundamentais para o desenvolvimento da atividade no município. Ao mesmo tempo, percebeu-se que aqueles agricultores que não possuíam outras atividades econômicas e/ou não tinham uma perspectiva ampla sobre a produção agrícola sem agrotóxico, especialmente no que se refere à sustentabilidade social e ambiental, não conseguiram manter-se na atividade. Claramente se pode compreender, neste aspecto, que a sustentabilidade econômica, apesar de imprescindível em qualquer atividade produtiva, não pode ser a única a prevalecer quando na transição da produção convencional para a agroecológica, sob pena de inviabilizar qualquer estratégia de manutenção de agricultores nesta segunda.

5 A situação socioeconômica dos produtores agroecológicos de Caxias do Sul

Para analisar o quadro socioeconômico dos agricultores envolvidos na atividade agroecológica do município, foram elencadas nas entrevistas questões de caráter quantitativo e qualitativo. As primeiras visavam a compreender o acesso a recursos e infra-estrutura que estes agricultores possuíam, considerando-se que a receita da agricultura muitas vezes não é sistemática, ou seja, não há uma receita mensal fixa, e ainda que os agricultores, em muitos casos, não possuem controle das receitas advindas do setor. Na agricultura familiar, o custo com mão-de-obra, por exemplo, é pouco contabilizado no preço final da produção (Gliessman, 2000).

Optou-se, então, por fazer questionamentos em relação a utensílios domésticos e equipamentos ligados à atividade produtiva. Já nas questões qualitativas, a intenção foi entender quais as percepções que os agricultores tinham em relação à sua saúde, a aspectos ligados à educação, ao lazer e as perspectivas de futuro. Nestes aspectos, a intenção era analisar a perspectiva socioambiental dos agricultores pesquisados.

Contatou-se que todos possuem residências próprias e automóveis, em média, dois veículos por família. Em alguns casos, existe mais de uma residência na mesma propriedade. Todos possuem televisão, geladeira, freezer, equipamento de som, fogão e trator; este, em média, um por família. Dos 14 entrevistados, seis possuem computador, sendo que dois possuem mais de um equipamento na residência; já antena parabólica, somente dois não a possuem, e máquina de

lavar somente um não possui. A produção agrícola é na grande maioria familiar, sendo que a contratação de trabalhadores é esporádica e em época de colheitas ou na comercialização (nas feiras).

Nas questões de caráter qualitativo, constatou-se que a totalidade dos entrevistados acredita estar vivendo melhor do que quando cultivava de forma convencional. Consideram-se agora menos propensos a doenças e ao *stress*. No relato de um deles esta nova perspectiva de vida fica clara: “Antes eu era um cara estressado, estava sempre com dor no corpo, na cabeça, brigava em casa, estava sempre de mal com a vida, não tinha tempo para as crianças. Nós vivíamos brigando. Hoje a vida está mais calma, eu fico mais tempo em casa e sinto mais disposição. Sinto que estou mais leve, sem aqueles venenos.”

Nas entrevistas ficou claro que a produção agroecológica lhes trouxe ganhos importantes na qualidade de vida; já quanto aos aspectos econômicos, considera-se que os retornos da atividade são maiores que os da agricultura convencional, apesar da maior penosidade e recursos técnicos mais especializados, o que muitas vezes torna o custo de mercado da produção agroecológica maior que a convencional, mas nem por isso menos viável.

5.1 O quadro atual da agricultura agroecológica em Caxias do Sul

A grande maioria dos entrevistados (nove) está na atividade agroecológica há oito anos, ou seja, partir de 1997, época que a SEMAG e o Centro Ecológico de Ipê implantaram o Projeto Agricultura Sustentável (PASUS), sustentando assim a convicção da importância da participação pública em projetos de desenvolvimento baseados em novos paradigmas.

A maioria não possui mais de 15 hectares de terra, sendo que um deles possui apenas 02 hectares. No total produzem em média 900 mil quilos por ano, somando todos os tipos de culturas de hortigranjeiros de todos os produtores. Destacam-se ainda em separado a produção de 1.290 dúzias de pé de alface, 24 mil galinhas, 15 cabritos e 3 mil quilos de mirtilo (fruta que estava sendo implantada por um dos agricultores); estes foram somados em separado por terem sido destacados nestas medidas nas entrevistas.

Quadro 2: Diagnósticos dos principais fatores das entrevistas.

Motivação para a mudança para a produção agroecológica	Sete alegaram motivos de saúde, três conscientização sobre os males dos agroquímicos e quatro outros motivos diversos.
Período de cultivo agroecológico	Nove cultivam deste o início do PASUS, três cultivam deste a década de 1990, e dois há mais de 15 anos.
Incentivos financeiros	Três receberam financiamento do PRONAF, os restantes não procuraram auxílio financeiro.
Assistência técnica	Todos tiveram auxílio técnico no início do PASUS, contudo nos últimos anos não mais receberam a visita dos técnicos da SEMAG. Muito esporadicamente recebem visitas de técnicos do Centro Ecológico.
Quantidade da produção agroecológica	No total produzem em média 900 mil quilos por ano, somando todos os tipos de culturas de hortigranjeiros de todos os produtores. Cabe ainda o destaque em separado da produção de 1.290 dúzias de pé de alface, 24 mil galinhas, 15 cabritos e 3 mil quilos de mirtilo.
Percepção quanto às vantagens da agricultura agroecológica	A totalidade dos agricultores considera que a produção ecológica é mais vantajosa que a produção convencional. Os motivos alegados para esta constatação são tanto de caráter econômico, por serem os produtos orgânicos mais lucrativos que os convencionais, como socioculturais, pois motivam o caráter de cunho ético em relação à responsabilidade ambiental.
Perspectiva para o futuro	Dos 14 entrevistados, 11 pretendiam nos próximos anos aumentar a produção, caso tivessem mais apoio técnico e principalmente mão-de-obra disponível. Os demais (três) pretendiam apenas manter a atual produção, dois por falta de mão-de-obra disponível e/ou condições climáticas, e um por estar se aposentando e não possuir filhos que queiram continuar a produção.

A quase totalidade da produção é comercializada na Feira Ecológica aos sábados pela manhã “em frente à antiga estação férrea”. Tal espaço se caracteriza como principal ponto de encontro de “ecologistas”, tanto consumidores como produtores, o que permite a difusão de novas técnicas e conceitos da atividade e da concepção ecológica de consumo. Há ainda outros

pontos de venda de produção orgânica de menor importância na cidade de Caxias do Sul⁶. Só em épocas esporádicas vendem algum percentual do cultivo para fora do município.

Nestes oito anos do projeto PASUS, apenas três agricultores receberam algum auxílio financeiro, todos do PRONAF/ Banrisul. Nove alegaram que nunca procuram financiamentos devido aos juros inaceitáveis; os outros três preferem recursos próprios para incrementar a produção.

Quadro 3: Diagnóstico dos resultados no que se refere às propostas do PASUS.

Ações previstas	Resultados do diagnóstico de pesquisa
Qualificação dos agricultores	O Centro Ecológico de Ipê forneceu os primeiros cursos de qualificação para os agricultores interessados.
Assistência técnica	Entre os anos de 1997 e 2000, houve, mesmo que esporadicamente, a visita de um técnico da SEMAG. Contudo, nos últimos anos, esta assistência cessou. Apenas muito eventualmente, quando solicitado, um técnico do CE de Ipê assiste os agricultores.
Incentivo ao plantio e ervas aromáticas	Neste item, as iniciativas foram praticamente inexistentes. Nenhum agricultor implantou este tipo de cultura.
Criação da feira ecológica	A feira ecológica pode ser considerada o grande evento do projeto, pois funciona todos os sábados na localidade da “antiga estação férrea-trilhos”. A demanda pela produção de orgânicos pode ser considerada boa. Em determinadas épocas, faltam produtos. Produtores de outros municípios também comercializam na feira.

Dentre as dificuldades da atividade agroecológica em Caxias do Sul, 11 dos 14 entrevistados consideram a falta de assistência técnica, já que, segundo eles, a SEMAG não mais estava atendendo aos produtores ecológicos. O exemplo disso é que, em outubro de 2005, alegaram eles, fazia mais de 12 meses que os técnicos não visitavam suas propriedades. Também onze dos entrevistados não incrementavam a produção por falta de mão-de-obra para a atividade, pois a agricultura orgânica necessita de cuidados maiores e mais especializados do que a agricultura convencional, além da maior penosidade nos trabalhos diários “de lavoura”. Os outros três salientaram as condições climáticas como limitadoras do incremento na produção. Desse

modo, o Quadro 2 sintetiza as principais questões diagnosticadas na pesquisa. Por fim, o Quadro 3 ilustra as ações previstas e o diagnóstico da pesquisa realizada em cada área de atuação.

6 Considerações finais

Tornou-se lugar comum afirmar que, para se atingir a sustentabilidade, se devem preservar os recursos naturais, a fim de que eles possam ser usados por esta e pelas gerações futuras. É notória também a controvérsia que o termo “desenvolvimento sustentável” instiga entre pesquisadores, gestores, políticos, empresários e também em boa parte da sociedade. Isso porque a pergunta: “como aliar as pretensões de se manter os recursos naturais com a necessidade de reprodução social e econômica da sociedade contemporânea?” ainda não foi claramente esclarecida.

Contudo, não há como não viver em constante “risco”. Esse é inevitável na atual sociedade, porque o sistema no qual ela se fundamenta se apresenta orientado para o domínio da natureza. A construção da história produtiva se distanciou das influências da tradição e da sustentabilidade socioambiental.

No que diz respeito à sustentabilidade na agricultura, é possível constatar que as práticas agrícolas convencionais são insustentáveis, pois se baseiam na dependência intensa de combustíveis fósseis e na retirada do domínio dos agricultores; no que se refere à produção de alimentos para subsistência, o mercado passou a ser o objetivo concreto da produção de alimentos, mesmo que este seja movido por mecanismos desvinculados da agricultura, pois dependem de conjunturas políticas e econômicas muito distantes da *práxis* dos agricultores, especialmente dos pequenos agricultores familiares.

Além disso, os danos das atividades econômicas sobre o meio ambiente e sobre a saúde das pessoas não são computados nos custos de produção agrícola, sendo desconsiderados especialmente no que diz respeito aos riscos. Muitas vezes, as conseqüências ambientais das atividades produtivas, no longo prazo, tornam-se tão ou mais importantes que o ganho econômico

imediatos. Mas esta contabilidade de custo/benefício está longe de ser a regra, frente às necessidades imediatas de reprodução econômico-financeira. No caso específico dos agricultores ecológicos de Caxias do Sul, esta realidade se reflete no alto índice de desistência que houve entre o projeto inicial e a realidade 10 anos depois. Por outro lado, notou-se também um otimismo significativo entre aqueles agricultores que se mantiveram na produção agroecológica, onde os retornos econômicos condizem com as expectativas de qualidade de vida e o compromisso com os recursos naturais à sua volta.

Neste aspecto, há que se considerar que os incentivos técnicos da prefeitura municipal e da ONG Centro Ecológico de Ipê foram fundamentais para o incremento da produtividade, especialmente a canalização da produção. A sustentabilidade, que se acredita ser a mais próxima da ideal, terá que ser alcançada por meio de práticas agrícolas alternativas, que valorizem o conhecimento profundo dos processos ecológicos presentes em contextos localizados. Nisso a perspectiva de expansão e o sucesso da agroecologia vêm da aversão que muitos agricultores familiares tiveram às práticas produtivas com técnicas convencionais pregadas pelos pacotes convencionais.

A agroecologia representa uma estratégia coerente com os princípios tanto culturais, políticos e econômicos, oriundos da própria formação histórica de cada região, pois, além da possibilidade de ser implantada entre os agricultores familiares dos países mais pobres, tem como pressuposto básico a preservação dos ecossistemas locais. A questão mais complexa é encontrar na agroecologia motivação econômica condizente com a manutenção digna dos agricultores que a praticam, para que a ilusão de um modo sustentável de produção não se torne uma desilusão quando a produção esbarra na racionalidade fria do mercado.

Referências

ALMEIDA, J. 2003. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Ensaio da FEE*, 24(2):499-519.

ALMEIDA, J. 1997. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável: *In: J. ALMEIDA e Z. NAVARRO (orgs.), Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na*

perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, p. 33-55.

ALMEIDA, J. e MARZALL, K. 1999. *O estado da arte sobre indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas*. Artigo para discussão. Disponível em: www.ufrgs.br/pgdr, acesso em: 07/09/2000. 20 p.

ALTIERI, M. 2000. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 2ª ed., Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 230 p.

ALTIERI, M. 1989. *Agroecologia: as bases da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro, PTA/FASE, 224 p.

BRUNDTLAND, G.H. 1991. *Nosso futuro comum*. 2ª ed., Rio de Janeiro, FGV, 430 p.

CAPORAL, F.R. e COSTABEBER, J.A. 2001. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, perspectiva para uma nova Extensão Rural. In: V.E. ETGES (org.), *Desenvolvimento rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, p. 19-52.

GLIESSMAN, S.R. 2000. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 653 p.

JEAN, B. 1997. *A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna*. Porto Alegre, PPGS/UFRGS, 366 p. (Cadernos de Sociologia, 6).

MARZALL, K. 1999. *Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia, UFRGS, 378 p. (Disponível em arquivo).

ROCHA, J.M. e BRANDENBURG, A. 2003. Limites e desafios da agricultura familiar: a sustentabilidade em questão. *REDES*, 8(2):93-104.

RUTTAN, V.W. 1993. Sustainable Growth in Agricultural Production: Poetry, Policy and Science. In: E. C. TEIXEIRA (ed.), *Desenvolvimento agrícola na década de 90 e no século XXI*. Viçosa, Imprensa Universitária, p. 11-28.

¹ Não cabe no contexto deste trabalho a distinção entre a agroecologia e a agricultura orgânica, embora se entenda que as discussões teóricas sobre estas duas concepções divergem em pontos importantes, como o uso de insumos.

² A Eco-92 foi uma reunião de socioambientalistas de mais de 110 países, realizada em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. É considerada um marco na discussão diplomática e política sobre a problemática ambiental contemporânea.

³ O desgaste ambiental do Rio Marechal Floriano, conhecido popularmente como Arroio Tega, em Caxias do Sul, pode ser observado em uma geração, como confessado por um agricultor em entrevista: “Na década de 1970, nós tomávamos banho aqui; hoje não se pode nem passar por perto tamanho é o fedor”.

⁴ O Centro Ecológico de IPÊ é uma ONG criada em 1985 como forma de incentivar a produção de produtos orgânicos no município homônimo; é uma das instituições do Estado mais respeitadas no que se refere ao *know how*

agroecológico. A proximidade da cidade de Ipê do município de Caxias do Sul também foi salientada nas entrevistas, como uma forte motivação para implantar o PASUS.

⁵ Em cada entrevista os agricultores eram sondados sobre os demais agricultores da lista dos 28 previamente mostrada. Por estas informações supõe-se que estes seis agricultores não mais estavam na atividade.

⁶ Em entrevista com os três proprietários das feiras de produtos ecológicos em Caxias do Sul, constatou-se que em muitas épocas do ano faltam mercadorias; estes alegam que haveria potencial para um aumento da produção orgânica no município em pelo menos 20%, segundo um dos comerciantes que também é produtor.